



Sérgio Amadeu da Silveira

**Segurança e  
autonomia digital:  
não há soberania nacional  
sem soberania digital**

## **Segurança e autonomia digital: não há soberania nacional sem soberania digital**

É possível afirmar que a história do imperialismo pode ser contada como a história do controle sobre os insumos fundamentais da produção. No século XIX, a corrida pelo carvão e pelo ferro determinou as hierarquias entre as nações industriais. No século XX, o petróleo e o aço foram os marcadores mais evidentes das assimetrias de poder entre o centro e a periferia do sistema mundial. No século XXI, os dados, o poder computacional, os algoritmos de aprendizado profundo e as infraestruturas digitais que os sustentam configuram os novos eixos da divisão internacional do trabalho. Quem controla esses insumos determina quem manda, quem obedece e quem permanece na condição de mero fornecedor de matéria-prima — agora a matéria-prima são os dados de populações inteiras.

A soberania digital não é uma metáfora política nem mera retórica de agendas progressistas ou de esquerda. Ela é uma condição estrutural da soberania nacional no mundo digitalizado e datafocado. Sem controle sobre as infraestruturas digitais, sem domínio sobre os dados gerados pela população, sem capacidade de inventar, treinar e operar sistemas de inteligência artificial, um país não é soberano em nenhum sentido substantivo do termo. É um território administrado à distância por corporações privadas que exercem poder de Estado sem os constrangimentos do Estado democrático de direito. Essa é a condição atual de grande parte da América Latina, do Brasil em particular.

### **A Armadilha da Dependência Associada: A Tese de FHC e Faletto Revisitada**

Em 1969, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicaram *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, obra que se tornaria referência obrigatória para compreender as relações entre centro e periferia no capitalismo tardio. Os autores propunham superar a visão estruturalista cepalina — que enxergava a dependência como obstáculo ao desenvolvimento — para afirmar que seria possível desenvolver-se dentro da dependência, desde que por meio de uma associação estratégica com o capital internacional. Essa associação, controlada por elites nacionais capazes de negociar com o capital externo, permitiria a modernização das economias periféricas sem romper com a ordem capitalista internacional.

A tese central do desenvolvimento associado defendida por Cardoso e Faletto, embora sofisticada em sua formulação sociológica, acabou fornecendo o arcabouço ideológico para uma prática política que persistiu por décadas: a de que a modernização do país passa inevitavelmente pela subordinação ao grande capital — preferencialmente norte-americano — e não pela construção de uma capacidade tecnocientífica autônoma e soberana. A noção de que é possível ser moderno sendo dependente foi incorporada pelas elites brasileiras como uma certeza quase natural, e encontrou sua expressão mais acabada nos anos 1990, durante os dois mandatos do próprio Cardoso na presidência da República, quando as privatizações, a abertura comercial e a desregulamentação financeira foram implementadas em nome da modernização associada.

O problema fundamental dessa visão, que a realidade do século XXI tornou inescapável, é que ela subestima sistematicamente o grau em que as assimetrias tecnológicas geram dependência política, econômica e militar de longo prazo. A tese da dependência associada pressupõe que o país dependente preserva capacidade de negociação, que a internacionalização do capital não elimina os espaços de manobra das elites nacionais. No entanto, no capitalismo digital baseado em dados, a dependência tecnológica não apenas limita a capacidade de negociação — ela a elimina progressivamente. Quando os dados da população brasileira são processados em servidores da Amazon, da Microsoft ou do Google; quando os algoritmos que decidem crédito, emprego, assistência social e segurança pública são desenvolvidos nos laboratórios das big techs norte-americanas; quando o governo federal terceiriza sua inteligência artificial para a IBM e entrega os dados de seus servidores para treinar modelos de linguagem

localizados nos Estados Unidos — o que temos não é desenvolvimento associado. Temos colonialidade digital.

Precisamos, portanto, superar definitivamente essa lógica. A modernização do Brasil não pode continuar sendo concebida como a adoção de tecnologias criadas por outros. Ser moderno é inventar, criar, desenvolver e controlar as tecnologias que estruturam a vida social e econômica do país. Continuar na posição de meros consumidores e usuários de plataformas estrangeiras, de meros fornecedores de dados para alimentar algoritmos de outros, é repetir, em formato digital, a velha e infame política de exportar ferro para comprar aço.

## **O Novo Cenário Geopolítico: A Ordem Mundial em Dissolução**

Em janeiro de 2026, o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, discursou no Fórum Econômico Mundial de Davos com uma clareza perturbadora: a ordem mundial como a conhecíamos havia chegado ao fim. Carney, economista de formação e ex-presidente do Banco do Canadá e do Banco da Inglaterra, não é um radical anticapitalista. Suas palavras expressavam o reconhecimento pragmático de que as regras do sistema internacional — os acordos multilaterais, as instituições de governança global, as normas do comércio e do direito internacional — estavam sendo demolidas com velocidade e deliberação. O discurso de Carney em Davos sinalizou que mesmo as elites do capitalismo central percebem que o terreno sob seus pés está se movendo.

Esse movimento tem nome e sobrenome. A doutrina que o governo Donald Trump passou a executar a partir de 2025 — apelidada nos círculos diplomáticos de Donroe em referência à Doutrina Monroe do século XIX — combina unilateralismo econômico radical, protecionismo tecnológico agressivo e pressão política sobre aliados e rivais com uma intensidade sem precedentes no pós-guerra. A Doutrina Monroe original proclamava a hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente americano. A versão atualizada proclama a hegemonia norte-americana sobre o planeta, com particular ênfase no domínio das infraestruturas digitais, das cadeias de semicondutores e dos dados globais. Enquanto os EUA erguem muros para proteger suas tecnologias estratégicas, exigem que os demais países mantenham suas economias abertas à extração de dados pelas big techs americanas.

O secretário de Estado Marco Rubio, em sua primeira visita à Europa em fevereiro de 2026, traduziu essa doutrina em linguagem diplomática direta e sem rodeios. Rubio deixou claro que os Estados Unidos esperam que seus aliados europeus se alinhem às posições americanas em matéria de tecnologia, inteligência artificial e dados — e que aqueles que não o fizerem arcam com as consequências. O discurso de Rubio foi lido por analistas europeus como uma declaração de caráter neocolonialista: a potência tecnológica dominante exigindo, de parceiros formalmente soberanos, a submissão às suas corporações digitais e às suas prioridades geopolíticas. Se a Europa — com toda a sua sofisticação regulatória, seu AI Act e seu GDPR — sente a pressão de uma relação neocolonial com as big techs americanas, o que dizer do Brasil e da América do Sul?

Esse cenário de tensão crescente redefine completamente o debate sobre soberania digital. A independência tecnológica deixou de ser uma questão apenas de desenvolvimento econômico ou de proteção de direitos digitais. Tornou-se um fator crucial da segurança nacional. Um país que não controla suas infraestruturas digitais, que não possui capacidade de operar sistemas de inteligência artificial sem depender de corporações estrangeiras, é vulnerável de formas que vão muito além da esfera econômica. É vulnerável na dimensão militar, na dimensão política, na dimensão da governança democrática.

## **As Big Techs e o Complexo Militar-Industrial-Datafocado**

As grandes empresas de tecnologia digital e de inteligência artificial não são apenas atores econômicos privados que operam no mercado de dados. Elas são componentes essenciais do complexo militar-industrial norte-americano, atualizado e expandido para a era digital. A integração entre as big techs e o aparato de segurança e defesa dos Estados Unidos não é acidental nem superficial — é estrutural.

Empresas como a Amazon, Microsoft, Oracle, Google e a Palantir são fornecedoras de contratos bilionários para agências de inteligência como a CIA e a NSA, para o Departamento de Defesa e para os principais comandos militares norte-americanos. A Amazon Web Services hospeda dados classificados de múltiplas agências governamentais. O Google desenvolveu projetos de visão computacional e análise de imagens de satélite para o Pentágono. A Palantir — empresa criada com financiamento inicial da CIA, por meio de seu braço de capital de risco In-Q-Tel — vende plataformas de análise de dados e de fusão de inteligência para dezenas de governos, incluindo, de forma altamente preocupante, o governo brasileiro.

Essa fusão entre capital privado tecnológico e aparato estatal de segurança configura o que pode ser nomeado de complexo militar-industrial-datafocado, uma atualização do conceito de Eisenhower para capturar a especificidade do capitalismo de vigilância na sua dimensão geopolítica e bélica. Nesse complexo, as fronteiras entre inteligência comercial e inteligência de Estado se dissolvem. Os dados coletados pelas plataformas sobre populações do mundo inteiro alimentam tanto os modelos de negócios publicitários quanto os sistemas de vigilância e de operações psicológicas dos serviços de inteligência americanos.

Para o Brasil e para os países do Sul Global, essa realidade tem implicações que não podem ser ignoradas. Cada contrato que um governo latino-americano assina com a Amazon, a Microsoft ou a Palantir não é apenas uma transação comercial. É uma transferência de soberania. É a entrega dos dados da administração pública, dos cidadãos, das operações governamentais a organizações estruturalmente conectadas ao aparato de segurança do Estado norte-americano. A Cloud Act americana, aprovada em 2018, obriga as empresas de tecnologia dos EUA a fornecer dados armazenados em seus servidores ao governo americano, independentemente de onde esses dados estejam fisicamente localizados. Uma lei americana regula os dados brasileiros hospedados em nuvens americanas. Isso não é parceria. Isso é colonialismo digital em formato jurídico.

### **Regular Plataformas, Controlar Insumos: A Soberania Começa nas Regras**

A regulação das plataformas digitais e dos sistemas de inteligência artificial é uma condição necessária, embora não suficiente, da soberania digital. O Brasil deu passos importantes com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas a regulação dos sistemas algorítmicos, das plataformas de redes sociais e dos grandes modelos de linguagem ainda está em construção. O debate regulatório brasileiro precisa avançar para além da proteção de dados pessoais, incorporando as questões da transparência e explicabilidade dos sistemas automatizados, a responsabilidade pelos danos gerados por algoritmos discriminatórios e a necessidade de auditoria pública dos sistemas que afetam direitos fundamentais. Como advertiu Tarcízio Silva, o princípio da explicabilidade deve ser encarado como pertinente não apenas às linhas de código, mas também aos processos de planejamento e implementação e à definição sobre quem os sistemas beneficiam ou excluem. Não existe democracia baseada na opacidade algorítmica.

Mas a regulação não pode se limitar ao plano normativo. É preciso avançar para o controle efetivo dos insumos fundamentais da inteligência artificial. O aprendizado profundo é dependente de três recursos essenciais: dados, poder computacional e algoritmos. Dados exigem infraestruturas de armazenamento soberanas. Poder computacional exige acesso a semicondutores avançados — as GPUs e TPUs que fazem o processamento pesado do treinamento de modelos. E semicondutores dependem de terras raras e de minerais críticos cujas reservas, em parcela significativa, estão em países do Sul Global, incluindo o Brasil. A política brasileira para as terras raras precisa romper definitivamente com o modelo extrativista. As terras raras devem ser exploradas exclusivamente em parceria com empresas de capital nacional, em arranjos que garantam beneficiamento e industrialização no próprio território brasileiro, que gerem tecnologia local e

que não repitam a tragédia histórica de exportar matéria-prima barata para importar produto manufaturado caro. O Brasil não pode continuar a exportar terras raras para que outros países as transformem nos chips que nos vendem depois a preços de monopólio.

### **Alianças com o Sul Global: A Política Externa da Autonomia Tecnológica**

O isolamento tecnológico não é uma opção viável para nenhum país que aspire à soberania digital. A escala dos recursos necessários para desenvolver infraestruturas de IA, treinar grandes modelos de linguagem e construir ecossistemas digitais soberanos está além das capacidades individuais de qualquer país do Sul Global, incluindo o Brasil. A resposta não é a dependência renovada em relação às big techs americanas ou europeias. A resposta é a construção de alianças estratégicas com países que compartilham tanto a condição de semi-periféricos no sistema tecnológico global quanto a determinação de superar essa condição.

É vital ao Brasil, neste contexto, construir alianças sólidas e de longo prazo com o Sul Global, com o objetivo explícito de internalizar tecnologias estratégicas e de criar capacidade tecnocientífica autônoma. Os BRICS oferecem um quadro político relevante para essa articulação, mas ele precisa ser substanciado com acordos concretos de cooperação tecnológica. Com a China — que possui uma capacidade tecnológica em inteligência artificial que rivaliza com a dos Estados Unidos —, o Brasil pode construir arranjos produtivos que permitam acesso a tecnologias de semicondutores, a frameworks de aprendizado profundo e a metodologias de treinamento de modelos de linguagem em português. Com a Índia, que possui um dos ecossistemas de desenvolvimento de software mais robustos do mundo e uma tradição de soberania tecnológica que remonta às suas políticas espacial e nuclear, é possível articular parcerias em segurança cibernética e em inteligência artificial aplicada à agricultura, à saúde e à educação. Com a Malásia — país que avançou de forma notável na construção de uma capacidade industrial em eletrônica e que está investindo agressivamente em inteligência artificial — arranjos produtivos nos segmentos de manufatura de componentes eletrônicos e de desenvolvimento de aplicações de IA podem gerar benefícios mútuos significativos.

Esses arranjos precisam ser montados de forma inteligente, combinando investimentos públicos e privados, envolvendo as universidades e centros de pesquisa brasileiros como protagonistas e não como coadjuvantes, e tendo como critério central não apenas a viabilidade econômica imediata, mas a construção de capacidade tecnológica endógena de longo prazo. A lógica não é comprar tecnologia pronta — é construí-la em conjunto, gerando aprendizado e competência local que permaneça no território nacional.

### **Infraestruturas Soberanas: Data Centers, Treinamento de IA e Inovação de Baixo Impacto**

A construção de infraestruturas próprias para o armazenamento, o treinamento e a inferência de modelos de inteligência artificial é um dos pilares incontornáveis de qualquer política séria de soberania digital. O Brasil precisa investir de forma decidida na criação de uma rede de data centers federados — distribuídos geograficamente, interoperáveis, gerenciados por instituições públicas ou por consórcios nacionais — que possibilitem manter os dados das universidades públicas, dos hospitais, das pesquisas científicas e das políticas sociais sob o controle de pesquisadores e gestores brasileiros. É inaceitável que a produção intelectual das nossas universidades públicas, financiadas com recursos do povo brasileiro, esteja hospedada nas nuvens da Microsoft, da Amazon ou do Google, sujeita às leis americanas e às exigências da Cloud Act.

A criação de infraestruturas de treinamento de IA exige recursos computacionais de grande escala — GPUs em quantidade e qualidade suficientes para treinar modelos competitivos. Isso implica investimento público direto, seja na aquisição de hardware, seja no desenvolvimento de chips nacionais. O Brasil possui

conhecimento técnico e humano para avançar nessa direção, mas falta a decisão política de priorizar esses investimentos em detrimento de uma visão de curto prazo que prefere terceirizar a infraestrutura tecnológica para empresas estrangeiras. É preciso apostar no futuro, e não apenas em replicar as tecnologias desenvolvidas pelos atuais líderes do mercado de IA. A janela para posições diferenciadas se abre exatamente nas áreas em que o campo ainda não está completamente ocupado: computação quântica, neuromorphic computing, modelos de IA de baixo custo energético, arquiteturas de redes neurais mais eficientes.

Pesquisar e desenvolver soluções de baixo impacto ambiental é não apenas uma responsabilidade ecológica, mas uma vantagem estratégica potencial para um país com a matriz energética renovável do Brasil. O treinamento do GPT-3 da OpenAI consumiu 1.287 MWh de eletricidade e emitiu mais de 550 toneladas de dióxido de carbono. A demanda energética dos grandes modelos de linguagem de última geração é ainda mais colossal. Um país com a abundância de energia limpa do Brasil pode liderar a pesquisa em arquiteturas de IA energeticamente eficientes, convertendo uma necessidade ecológica em vantagem competitiva. A questão dos novos materiais também merece atenção: o silício está chegando aos seus limites físicos para a fabricação de transistores. Os próximos saltos na computação dependem de novos materiais — nitreto de gálio, carbeto de silício, grafeno — cujo desenvolvimento está hoje concentrado em laboratórios do hemisfério norte. O Brasil, com suas universidades de pesquisa e com a diversidade de seus recursos naturais, tem condições de contribuir para essa fronteira científica, desde que haja vontade política de investir em ciência básica de longo prazo.

### **Dados do Governo Sob Controle Nacional: Uma Questão de Segurança**

Uma das questões mais urgentes e mais subvalorizadas no debate brasileiro sobre segurança digital é o destino dos dados produzidos pela administração pública. A construção de data centers federados para manter os dados das nossas universidades sob o controle dos nossos pesquisadores é uma questão de segurança nacional de primeira ordem. O mesmo vale para os dados do governo federal: é necessário criar uma política nacional de dados que mantenha os insumos fundamentais da IA sob o controle nacional e que mantenha os dados da administração pública sob o controle de empresas e organizações nacionais.

É inaceitável e perigoso que a Palantir tenha participação na administração pública brasileira. A Palantir — fundada com capital da CIA e com um histórico de contratos com serviços de inteligência e forças armadas de múltiplos países — oferece plataformas de fusão e análise de dados que permitem cruzar inúmeras bases de dados governamentais para gerar perfis detalhados de populações. Que uma empresa com esses antecedentes e com essas conexões tenha acesso aos dados governamentais brasileiros representa um risco real para a soberania nacional e para os direitos dos cidadãos. É necessário romper com esse modelo sem hesitação.

É necessário construir uma política nacional de dados que estabeleça com clareza quais dados produzidos pelo governo podem ser processados em nuvens estrangeiras, quais devem ser obrigatoriamente mantidos em território nacional sob controle de organizações nacionais e quais são absolutamente vedados de qualquer transferência para infraestruturas controladas por potências estrangeiras. Os dados de saúde, de inteligência, de segurança nacional, do sistema eleitoral, dos programas sociais — esses dados precisam ser mantidos sob controle nacional, sem exceções. Uma Empresa Nacional de Tecnologia da Informação, devidamente capitalizada, precisa ser criada com urgência para oferecer infraestrutura soberana para os sistemas críticos do Estado brasileiro.

Cultura, Entretenimento e Cosm visões: A Soberania Simbólica como Questão Estratégica

A soberania digital não se limita à dimensão técnica e econômica. Ela possui uma dimensão simbólica e cultural que é igualmente estratégica. As plataformas de entretenimento — Netflix, YouTube, Spotify, TikTok — não são apenas negócios. São maquinarias de produção de subjetividade, de modelagem de gostos, de distribuição de cosm visões, de conformação de identidades culturais. O domínio dessas plataformas por

corporações americanas e, em menor escala, chinesas, implica a subordinação da imaginação coletiva de nossos povos a narrativas, estéticas e valores produzidos fora de nossos contextos.

O Brasil e os países de língua espanhola da América Latina possuem um patrimônio cultural de extraordinária riqueza e diversidade. A música, o cinema, a literatura, as tradições orais e as novas formas de expressão digital das culturas latino-americanas têm um poder criativo e uma autenticidade que o mundo reconhece e consome — mas que frequentemente é mediada, filtrada e monetizada por plataformas estrangeiras que capturam a maior parte do valor gerado. É estratégico e urgente apostar no financiamento e na organização de projetos de entretenimento que envolvam o Brasil e os países de língua espanhola, criando redes de produção e distribuição de conteúdo cultural que escapem ao controle das plataformas dominadas pela extrema direita norte-americana. Nossa cultura é autêntica, vibrante e altamente criativa. É inadmissível não apostar no financiamento de soluções inventivas que assegurem nossas cosmovisões, nossa memória e nossa capacidade de narrar a nós mesmos.

Essa aposta não é apenas uma questão cultural ou de identidade nacional. É uma questão econômica — a indústria criativa latino-americana é um mercado bilionário cujos frutos são sistematicamente capturados por plataformas estrangeiras. É também uma questão política: quem controla as narrativas que circulam nas redes sociais e nas plataformas de entretenimento tem influência sobre opiniões, comportamentos eleitorais e sobre a própria coesão social. A desinformação e as operações de manipulação da opinião pública que temos visto nos últimos anos dependem, em larga medida, das infraestruturas das plataformas americanas. Construir alternativas a essas plataformas — ou ao menos reduzir nossa dependência delas — é um ato de higiene democrática e de soberania cultural.

### **Soberania Digital Vai Além da Localização de Dados**

É preciso ser claro sobre um ponto que frequentemente aparece distorcido no debate público: a soberania digital não se resolve com a mera localização física de dados no território brasileiro. Exigir que as big techs mantenham servidores no Brasil é uma medida necessária, mas profundamente insuficiente. A Cloud Act americana, aprovada em 2018, permite ao governo dos EUA exigir acesso a dados de empresas americanas independentemente do país em que esses dados estejam fisicamente localizados. Um servidor da Amazon em São Paulo está sujeito à mesma obrigação legal perante o governo americano que um servidor da Amazon na Virgínia. A localização geográfica resolve o problema da latência; não resolve o problema da soberania.

A soberania digital real exige muito mais: exige que os dados estejam não apenas em território brasileiro, mas sob o controle jurídico, técnico e operacional de organizações brasileiras — públicas ou privadas nacionais — que não estejam sujeitas a legislações estrangeiras, que os sistemas que processam esses dados sejam desenvolvidos ou auditados por equipes brasileiras e que os algoritmos que tomam decisões com base nesses dados sejam transparentes e explicáveis para os cidadãos afetados por elas. Isso requer uma política industrial de tecnologia da informação, uma política científica e de inovação robusta, uma política de formação de recursos humanos de alto nível e uma vontade política que ainda não emergiu com a consistência necessária.

A soberania digital também passa pela construção de capacidade cibernética defensiva. Em um mundo em que infraestruturas críticas — sistemas elétricos, redes de água, sistemas financeiros, sistemas de saúde — estão cada vez mais digitalizadas, a vulnerabilidade a ataques cibernéticos é uma vulnerabilidade existencial. O Brasil precisa investir massivamente em segurança cibernética, em formação de especialistas, em pesquisa sobre criptografia pós-quântica, em proteção de infraestruturas críticas e em capacidade de detecção e resposta a incidentes. Sem isso, toda a conversa sobre soberania digital fica no plano das intenções.

## **Conclusão: A Política da Autonomia Tecnológica como Imperativo Histórico**

A conjuntura mundial em 2026 coloca o Brasil e a América Latina diante de uma encruzilhada histórica. A dissolução da ordem multilateral, a ascensão de doutrinas neocolonialistas explícitas (Donroe), a intensificação da guerra dos chips e dos dados, a fusão entre corporações tecnológicas e aparatos militares criam um cenário de alta tensão. Nela, vivemos o risco de permanecermos na condição de colônias digitais, fornecedoras de dados e consumidoras de tecnologia, sem capacidade de inventar, de decidir e de controlar nosso próprio destino tecnológico. Entretanto, podemos aproveitar a janela de reorganização do sistema internacional para construir, com urgência e determinação, as bases de uma autonomia tecnológica efetiva.

Essa construção é um projeto de Estado, de longo prazo, que exige consistência de políticas públicas. Mas ela precisa começar agora, com as decisões que estão ao alcance do presente: denunciar os contratos com a Palantir e iniciar a construção de infraestruturas nacionais alternativas; criar um fundo soberano para o desenvolvimento de chips e infraestruturas de IA; estabelecer uma política nacional de dados que defina com clareza o perímetro de soberania informacional do Estado brasileiro; investir em data centers federados para as universidades públicas; construir alianças tecnológicas concretas com China, Índia, Malásia e outros países do Sul Global; apostar nas indústrias criativas como eixo de uma política de soft power e de soberania cultural.

Não há soberania nacional sem soberania digital. Essa não é uma equação do futuro. É um enfrentamento do presente. O Brasil precisa agir com a velocidade e a determinação que o momento exige. Negligenciar a soberania digital e de dados implica não apenas em uma perda de oportunidade econômica, mas no enfraquecimento de nossa autodeterminação como nação. Não podemos continuar a exportar dados como antes exportávamos minérios: sem controle, sem beneficiamento, sem retorno proporcional à riqueza entregue. E a diferença agora é que os dados que entregamos são os dados de nossa população, de nossa cultura, de nossa inteligência coletiva acumulada. Temos condições de optar pelo caminho da independência tecnológica e da tecnodiversidade.

*Sérgio Amadeu da Silveira*  
*Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC)*

## **Referências**

BAJWA, Arsheeya. **Palantir CEO defends surveillance tech as US government contracts boost sales.** **Reuters, February 2, 2026.** Online: <https://www.reuters.com/world/europe/palantir-ceo-defends-surveillance-tech-us-government-contracts-boost-sales-2026-02-02/>

BASSETS, Marc; RIZZI, Andrea. **EE UU impone las condiciones de Trump para mantener con vida la relación con Europa.** **El País, 14 FEB 2026.** Online: <https://elpais.com/internacional/2026-02-14/ee-uu-impone-las-condiciones-de-trump-para-mantener-con-vida-la-relacion-con-europa.html>

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica.** Quarta Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FISCHER, Camille. **The CLOUD Act: A Dangerous Expansion of Police Snooping on Cross-Border Data.** Electronic Frontier Foundation, February 8, 2018. Online: <https://www.eff.org/deeplinks/2018/02/cloud-act-dangerous-expansion-police-snooping-cross-border-data>

NEROZZI, Diana; KINE, Phelim. **Trump's ultimatum for Latin America: It's me or Xi**. POLITICO. 19 fev 2026. Online:  
<https://www.politico.com/news/2026/02/19/to-understand-the-donroe-doctrine-look-at-china-00789715>

PASQUINELLI, Matteo; JOLER, Vladan. **The Noosphere manifested: AI as instrument of knowledge extractivism**. AI & society, v. 36, n. 4, p. 1263-1280, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Neocolonialismo ou imperialismo de dados? As novas veias abertas da América Latina?. Conocimiento, poder y transformación digital en América Latina. Iberoamericana: Vervuert, p. 61-73, 2024.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; AVELINO, Rodolfo da Silva. **Inteligência artificial, data centers e localização de dados: disputas pelo controle de insumos do aprendizado de máquina**. In: Estudos Sociopolíticos da Inteligência Artificial /Organizadores: Sylvia Iasulaitis; Sérgio Amadeu da Silveira. Camoina Grande: EDUEPB, 2025.


SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **As big techs e a guerra total: o complexo militar-industrial-datafocado**. Hedra, 2025.




SDS Bloco D – Ed. Eldorado – Salas 106/109, SN – Asa Sul

CEP: 70392-901 – Brasília/DF – Telefones: (61) 3225-2288 e (61) 99986-0847

[www.fne.org.br](http://www.fne.org.br)

 /FNEngenheiros

 /FNESind

 /fnengenheiros